

VISÃO DO CORREIO

Mais igualdade e menos regalias

A proposta de pôr um fim aos supersalários volta à cena política. Algumas camadas de servidores públicos, principalmente os do alto escalão, no âmbito dos Três Poderes, desfrutam de regalias, auxílios variados, indenizações, prerrogativas por tempo de serviço, entre muitos outros benefícios que oneram severamente o Orçamento da União. São o alvo da decisão do atual governo, o que não chega a ser uma novidade. Gestões passadas ensaiaram fazer o mesmo. Uma delas foi a de Fernando Collor de Mello, que, durante a campanha eleitoral, garantiu que, se eleito, acabaria com os marajás. Não conseguiu.

No Congresso Nacional, tramitaram vários projetos com a mesma finalidade, mas não seguiram. A equipe econômica do atual governo se revela disposta a avançar com o objetivo de eliminar os supersalários. Na última terça-feira, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, ao ser questionada sobre as expectativas de cortes do governo, classificou que os supersalários do funcionalismo público são “ilegais e imorais” e que, em algum momento, vão fazer parte da lista de enxugamento. “Se isso vai entrar agora, se vai entrar em um segundo momento, depende de uma conversa que estaremos tendo também com o presidente (Lula) e, depois, no diálogo com o Congresso Nacional”, afirmou.

Eliminar regalias que propiciam

a muitos ter rendimentos superiores ao teto salarial estabelecido pela Constituição — R\$ 44 mil pagos aos ministros do Supremo Tribunal Federal — reduz a pressão sobre o governo federal. Hoje, há uma séria preocupação em zerar o déficit público a fim de que o país possa ingressar em uma promissora rota de desenvolvimento. No campo social, a realidade brasileira sinaliza que ainda há muito a ser feito para que o Brasil alcance o patamar de país desenvolvido.

Apesar da redução do número de famélicos, mais de 14 milhões de brasileiros enfrentam grave situação de insegurança alimentar. Outros 33 milhões estão privados de acesso à água potável e ao saneamento básico, elementos importantes para a saúde. A falta de moradia é realidade para mais de 6 milhões de famílias no país.

Refrear privilégios salariais para aqueles que têm estabilidade no emprego, acesso a serviços de saúde, residência, aposentadoria integral e outros benefícios é um passo importante para conter as profundas desigualdades socioeconômicas, incompatíveis com os mandamentos da Constituição Cidadã de 1988. A estimativa é de que o país economizaria R\$ 5 bilhões com a eliminação de vantagens daqueles que têm renda mensal altíssima dentro do setor público. Em 10 anos, seriam R\$ 50 bilhões. Valores expressivos para transformar o perfil da sociedade brasileira.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato. E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Reforma Tributária

A transformação de um país leva tempo. Como uma obra de engenharia, ela é feita tijolo a tijolo, em um processo que exige paciência e resiliência. Ao tentar reformar o Estado brasileiro na área tributária, Fernando Haddad, ministro da Fazenda, tem sentido na pele as dificuldades de tocar tamanha empreitada. Enfrenta a resistência da classe política, dos grupos corporativistas e, não raras vezes, do próprio governo. Não poderia ser diferente. No caso da aprovação da Reforma da Previdência, uma infinidade de interesses foi confrontada. O Congresso modificou o projeto inicial para acomodar demandas, e o ex-presidente Jair Bolsonaro cedeu diante das reclamações de militares e policiais. Romper com estruturas fossilizadas pela ineficiência, pelos privilégios e pelo desperdício implica desalojar e desagradar a um contingente imenso de setores da indústria, comércio e serviços. Diante de tanta turbulência na política brasileira, provocada desnecessariamente pelo próprio governo, é difícil enxergar com clareza para onde a Reforma Tributária está indo. Mas dada a grandeza e a vital importância dela, nem tudo poderá ser feito dentro de casa. O governo tem de aprender, rapidamente, a incluir o Congresso nessa empreitada. Será que agora essa reforma sai, pois se alastra há décadas?

» Renato Mendes Prestes

Águas Claras

Inexplicável

Não entendo como existem pessoas que teimam em declarar que, no Brasil, não existe liberdade de expressão e, conseqüentemente, democracia! É tão escancarada essa liberdade de expressão que podemos ver um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) querendo repatriar condenados pela nossa Justiça, por terem depredado bens públicos e feito baderna nas sedes dos Três Poderes da República, para que paguem pelos crimes que cometeram e, ao mesmo tempo, vermos que existem excelências legislativas chamando esses vândalos de patriotas e querendo votar um projeto de lei de anistia para os baderneiros condenados. Que país é este? É um país onde existe democracia e liberdade de expressão. Simples assim.

» Paulo Molina Prates

Asa Norte.

Supremo

É nitidamente desproporcional que um único juiz tenha o poder de suspender, ainda que liminarmente,

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Duas vitórias seguidas da Seleção Brasileira! O nosso Brasil voltou! Tem que respeitar! Show!

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

Rodoviária: pior do que está, não fica.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Que venha mais e mais chuvas, essa temporada de calor foi tensa demais.

Gustavo Freitas — Brasília

Deixa chover e deixa a chuva molhar, tá tudo certo. Vamos aproveitar.

Maria José Souza — Brasília

Tomara que chova bastante mesmo, senão num futuro não distante, teremos racionamento de água.

Vívian Ferreira — Brasília

uma lei aprovada por 513 deputados e 81 senadores. Vou lembrar um caso recente. Em 2016, o Congresso aprovou a Lei das Estatais, que vetava indicações políticas para empresas públicas. Em 2023, apenas um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) invalidou parte da lei e permitiu ao governo indicar vários políticos para as empresas estatais. Meses depois, o Colegiado do STF derrubou a liminar, e a Lei das Estatais voltou em sua plenitude. Porém, todas as indicações políticas que o governo havia feito enquanto a legislação estava suspensa continuaram valendo. Assim, as propostas de emenda à Constituição (PECs) aprovadas recentemente pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) corrigem essa distorção, sendo injusto dar-lhes o apelido de “pacote anti-STF”. É necessário dar reequilíbrio entre os Poderes, até mesmo porque a Constituição afirma, em seu art. 49, inc. XI, que é competência exclusiva do Congresso Nacional “zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes”. Por outro lado, não cabe ao Supremo antecipar a opinião de que provavelmente derrubarão uma PEC que nem sequer tem redação definitiva, tratando-se de claro prejuízo político. Ao se imiscuir no debate legislativo dessa forma, o STF só corrobora a necessidade de se fazer um pacote de reequilíbrio entre os Poderes.

» Ricardo Santoro

Lago Sul

Pés no chão

O jogo não empolgou. Brasil confuso, pouco inspirado. O primeiro gol abriu a porteira. Adversário fraco. Mas vitória estimula. Caminhada é árdua. Manter pés no chão. A Seleção Brasileira precisa ser testada contra adversários realmente fortes. Eterno mestre Didi, técnico da boa seleção do Peru, na Copa de 1970, no México, ficaria envergonhado com o atual elenco peruano. Bate muito, não joga nada. Marcante atuação de Bruno Guimarães. Gigante no meio. Belo gol de Andreas lembrou gols semelhantes de Bebeto, pela seleção e pelo Vasco e Flamengo. Jogador tranquilo, boa visão de jogo, bom passe. Dor de cabeça saudável para o técnico Dorival Junior. Danilo não fez falta. Vanderson é mais jogador. Luis Henrique saindo da ponta, rumo ao gol adversário, pelo meio e chutando forte, tem dado certo. Boa opção de ataque para o Brasil. Custo a crer que Savinho é titular no Manchester City. Guardiola ainda não viu o Estêvão jogar.

» Vicente Limongi Netto

Lago Norte



CIDA BARBOSA

cidabarbosa.df@dabr.com.br

Proteção à infância

Nos primeiros seis anos de vida, as crianças desenvolvem suas estruturas física e psíquica, além das habilidades sociais. É um período de fundamental importância no crescimento, porque as experiências que têm nesse período influenciam toda a vida delas. Assim explica a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), uma articulação de organizações da sociedade civil, do governo e do setor privado, que atua pelos direitos de meninos e meninas.

Tendo essa informação em mente, pergunto: como serão, na idade adulta, crianças rotineiramente espancadas, humilhadas, negligenciadas? Como serão as que sofrem abuso sexual? Imagine o impacto de toda essa violência na formação delas.

Meninos e meninas alvo de insultos podem crescer se achando “idiotas”, “burros”, “inúteis”, porque ouviram isso das pessoas que são suas principais referências. Serão adultos inseguros, com baixa autoestima. Crianças vítimas de espancamento podem sofrer com depressão e ansiedade, ter problemas de relacionamento no futuro. O risco é maior de se tornarem adultos agressivos, porque aprenderam que os conflitos se resolvem na base da violência.

Os abusos sexuais também têm consequências profundas na saúde física e mental por toda a vida: transtorno de estresse pós-traumático; depressão; ansiedade; maior tendência ao uso ou abuso de álcool,

drogas e outras substâncias para “anestesiarem a dor”; risco de suicídio.

Manter crianças a salvo de todos os tipos de violência é um dever da família, da sociedade e do Estado, determinado pela Constituição, em seu artigo 227. Elas têm o direito de crescer livres de toda forma de crueldade e opressão.

Este período de 12 a 18 de outubro, especificamente, marca a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância. A data foi criada para conscientizar todos os elos da rede de proteção sobre a absoluta prioridade que se deve dar à segurança das crianças, as causas dos maus-tratos e a busca por soluções para combatê-las.

Há uma série de ações pelo país, promovidas por entidades e por governos. As medidas, porém, têm de ser efetivas e permanentes. É urgente acabar com a invisibilidade das agressões e implementar políticas públicas para eliminá-las. O enfrentamento também passa pela conscientização da sociedade sobre a importância de denunciar as violações. Os canais são Disque 100 (do Ministério dos Direitos Humanos), o número 190 (emergência policial) ou o 197 (Disque Denúncia), delegacias, conselhos tutelares, aplicativo Proteja Brasil ou pelo sitesafemet.org.br. Vulneráveis sendo machucados é um problema público, não privado. Diz respeito a todos nós.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Valda César
Superintendente de Negócios e Marketing

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
------------	---------	-----

DF/GO	R\$ 4,00	R\$ 6,00
-------	----------	----------

Assine

(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp

Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 899,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE - Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS DA

DA Press Multimídia Atendimento personalizado para pesquisa em jornais e cópias: SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF; de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo: Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h. Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568. E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br